

# PROSPECÇÕES EM EXPOSIÇÕES E ATIVIDADES EDUCATIVAS: levantamento dos conceitos, imagens e representações sobre arqueologia e patrimônio arqueológico decorrentes dos processos de musealização

Alejandra Saladino<sup>1\*</sup>

Andrea Costa \*\*

Camila A. de Moraes Wichers \*\*\*

Diego Lemos Ribeiro\*\*\*\*

## Resumo

Diante de um panorama caracterizado pelo aumento no número de atividades educativas dedicadas à socialização da Arqueologia e das referências patrimoniais arqueológicas, percebemos a pertinência de realizar levantamentos em distintos níveis para conhecer as percepções que a sociedade produz e reproduz sobre o passado arqueológico. Por isso propusemos o desenvolvimento do projeto de pesquisa *Conceitos e imagens sobre Arqueologia e patrimônio Arqueológico: um estudo sobre estratégias de socialização e preservação* a realizar-se em exposições museológicas, atividades de educação museal e patrimonial (estas últimas vinculadas a projetos no âmbito da Arqueologia de Contrato). O projeto busca levantar as imagens e representações sobre Arqueologia e Patrimônio

---

\* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu da República (MR/Ibram/MinC); alejandrasaladino@gmail.com. Museóloga, professora do curso de pós-graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST) e do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN/MinC).

\*\* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu Nacional (UFRJ); andrea@mn.ufrj.br

\*\*\* Doutora em Arqueologia (USP) e em Museologia (ULHT, Portugal). Docente do curso de Museologia e da Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Coordenadora de Integração do curso de Museologia/UFG com o Museu Antropológico/UFG; camilamoraes@ufg.br.

\*\*\*\* Universidade Federal de Pelotas (UFPel); dlrmuseologo@yahoo.com.br. Museólogo, doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP), Professor adjunto do Departamento de Museologia, Conservação e Restauração e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Memória Social (UFPel)

Arqueológico circulantes nos campos supracitados, analisar as estratégias de construção de reversibilidade de memórias, problematizar as narrativas voltadas à preservação do patrimônio cultural, investigar sobre o potencial transformador de comportamento das atividades educacionais e refletir sobre os conceitos e imagens comunicados, como as questões de gênero e de representação de minorias subalternizadas. Para tanto, desenhamos um contorno interestadual ao campo de estudo, visando cruzar olhares acerca de distintas regiões do país. Objetivamos com esta comunicação oral apresentar as propostas de investigação para as cidades do Rio de Janeiro, Goiânia e Pelotas e também os resultados preliminares das primeiras etapas de nossa investigação, designadamente sobre as atividades de educação patrimonial desenvolvidas ao longo de uma pesquisa arqueológica realizada no Palácio Guinle, no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Patrimônio arqueológico - Ação Educativa - Representação - Educação Patrimonial - Arqueologia de Contrato

## **Introdução**

A Arqueologia é uma área do conhecimento que versa sobre os processos sociais a partir do registro arqueológico, independente da cronologia, que há muito faz parte do imaginário social do Ocidente. Seja atrelada ao fazer científico ou ao espólio de referências patrimoniais, a Arqueologia suscita nas pessoas reflexões ou, no mínimo, evocações de imagens e representações, boa parte delas estimulada pelos meios de comunicação, incluindo a sétima arte.

Observa-se um interesse popular pela área, que é acompanhado, na última década, pelo incremento da produção científica em contexto brasileiro. Contraditoriamente, parece haver um cristalino descompasso entre a concepção acadêmica da Arqueologia e as construções conceituais, cognitivas e imagéticas por parte do público não especialista. Ao passo que os estudos em Arqueologia caminham em direção a uma abordagem contextual, ideológica e social, no sentido contrário, não raro, os métodos de extroversão ficam congelados em vitrines defasadas ou em ações educativas que pouco contribuem para a expressão individual e coletiva das identidades.

É, portanto, inegável a interferência dos museus nesses processos simbólicos que associam a Arqueologia às referidas imagens. As interfaces disciplinares entre a Arqueologia e a Museologia, que por sua vez abarcam em seus repertórios teórico-metodológicos diversas outras áreas, em especial das ciências humanas e sociais, abrem vasto e profícuo espaço para pensar a relação empreendida entre sociedade e cultura material. Os museus, desta mirada, têm como desafio equacionar as tensões que emergem desta relação no cenário contemporâneo, reorientando os processos de salvaguarda e representação pública do patrimônio arqueológico, de sorte a amplificar o acesso e a projeção sociocultural dos indicadores de memórias (BRUNO, 2005).

Por sua vez, o caráter educacional das instituições e processos museais é percebido mais nitidamente quando faz parte de um projeto político da formação de cidadãos a partir da consolidação de representações identitárias, do empoderamento de segmentos específicos e da transformação da sociedade pela via do desenvolvimento sustentável, por exemplo. A trajetória dos museus no Brasil tem início em 1818, com a criação do Museu Nacional, a mais antiga instituição científica do país. A dimensão educativa e o compromisso com a Divulgação Científica o acompanham desde a sua fundação. Contudo, a criação, em 1927, do Serviço de Assistência ao Ensino do Museu Nacional, primeiro setor educativo de um museu brasileiro, marca a institucionalização da prática educativa em museus no país. Deste modo, podemos afirmar que há quase cem anos, o patrimônio museológico ressignificado é, portanto, instrumento de atividades educativas em museus.

O potencial pedagógico das referências patrimoniais tem sido cada vez mais explorado, e não mais apenas nos lugares de memória supracitados. Com o desenvolvimento, nas últimas décadas, da Arqueologia de Contrato<sup>2</sup> (resultante de uma complexa conjuntura da qual se destaca a Lei nº 3.924/61 – que dispõe sobre a preservação do patrimônio arqueológico – e a consolidação da legislação ambiental que dispõe sobre o licenciamento ambiental), as atividades educativas voltadas à preservação, valorização e ressignificação do patrimônio arqueológico transformaram-se em requisitos previstos nos dispositivos normativos referentes ao desenvolvimento das pesquisas arqueológicas (em vigor, a Portaria IPHAN nº7/1988<sup>3</sup> e a Instrução Normativa IPHAN nº1/15<sup>4</sup>, em conformidade com a Portaria Interministerial nº 60/15)<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Também denominada como Arqueologia de Salvamento, Arqueologia Preventiva, ou ainda, Arqueologia Consultiva.

<sup>3</sup> Na referida portaria é apontada a necessidade de indicação da utilização futura do material para fins científicos, culturais e educacionais, assim como dos meios de divulgação das informações científicas.

<sup>4</sup> A IN 01/15 indica a necessidade de realização de um Projeto Integrado de Educação Patrimonial, sendo explicitadas no Capítulo III da referida portaria as características do mesmo. Contudo, importa destacar que a Portaria 230/02, substituída pela Portaria Interministerial 60/15 e IN 01/15, trouxe pela primeira vez o termo Educação Patrimonial, indicando a necessidade de ações educativas em todas as fases do projeto de licenciamento". Vale lembrar que a Portaria IPHAN nº230/02, revogada quando da homologação da IN nº1/15, foi o primeiro dispositivo legal do país a conter o termo educação patrimonial na legislação e que a adoção desse termo trouxe um determinado olhar sobre o campo.

<sup>5</sup> E devemos considerar, ainda, que o interesse pela apropriação pública da arqueologia tem um lastro mais longo, se considerarmos as recomendações internacionais. A título de ilustração, destacamos duas recomendações internacionais. Da Carta de Nova Delhi (UNESCO, 1954) destacamos os seguintes trechos: Deveria ser criado, junto aos sítios arqueológicos importantes, um pequeno estabelecimento educativo – eventualmente *um museu* – “que permita ao visitante compreender melhor o interesse dos vestígios que lhes são mostrados” e, ainda “a autoridade competente deveria empreender uma ação educativa pra despertar e desenvolver o respeito e a estima ao passado [...]”. Já da *Carta de Lausanne* (UNESCO, 1990), destacamos o Artigo 7º: “A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio essencial de fazê-lo acender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger o patrimônio”.

Mais recentemente, a portaria IPHAN nº 196/2016, que dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, recomenda, com algum pioneirismo, que as instituições que salvaguardam patrimônio arqueológico contem com equipe interdisciplinar hábil a proceder as necessárias ações de pesquisa, conservação e extroversão do acervo. Indica, igualmente, que as informações associadas aos bens arqueológicos, substrato da pesquisa de campo, sejam disponibilizadas para as instituições de guarda de sorte a contextualizar a extroversão dos acervos.

Vale ainda ressaltar que as atividades educativas e culturais não são apontadas apenas pelos dispositivos normativos como estratégias de divulgação do conhecimento arqueológico e preservação das referências patrimoniais. O Plano Intermediário de Gestão do Patrimônio Arqueológico (IPHAN, 2010, p.46), compreende tais atividades – somadas à extroversão do conhecimento produzido, à musealização e ao turismo cultural – como estratégias eficazes para a socialização do patrimônio arqueológico. Diversos são os estudos que apontam para o aumento do número de pesquisas arqueológicas desenvolvidas no país (BRUNO & ZANETTINI, 2007; MORAES WICHERS, 2010). Vários também são os resultados e desdobramentos desse quadro, onde destacam o crescimento exponencial dos acervos arqueológicos (com consequências dramáticas para as instituições de endosso, muitas delas sem capacidade de conduzir um plano de gestão adequado), a produção de conhecimento e a possibilidade (em realidade, obrigatoriedade prevista pelas normativas supracitadas) de socializar o patrimônio arqueológico.

Para além dos dispositivos legais e recomendações, que, a bem da verdade, nem sempre encontram eco no cotidiano das instituições, há uma questão que parece fundante: os esforços e recursos investidos em pesquisas arqueológicas, que, invariavelmente são dispendiosas e financiadas com verba pública, devem ter como destino a apropriação pública do patrimônio. Os processos de patrimonialização não são, e nisto precisamos insistir, um fim em si mesmo; a preservação encontra sentido quando os referenciais de patrimônio são apropriados e usados socialmente. Desenhar os contornos das imagens projetadas pelo senso comum sobre a arqueologia é, portanto, fundamental, especialmente porque serve de termômetro para compreender como a arqueologia é representada publicamente, ao passo que abre caminho para criar uma moldura mais fidedigna por onde a sociedade observa e interpreta a Arqueologia, e a si própria.

Diante do panorama delineado, concordamos com Zapatero (2012:65) quando alerta para a necessidade de realizar levantamentos em distintos níveis para conhecer as percepções sobre o passado arqueológico que a sociedade produz e reproduz. E por isso propusemos o projeto de pesquisa cujos primeiros resultados são aqui apresentados.

### **Reunindo Forças para Ampliar as Prospecções: o projeto “Conceitos e imagens sobre Arqueologia e Patrimônio Arqueológico: um estudo sobre estratégias de socialização e preservação”**

O projeto de investigação em tela, vinculado à linha de pesquisa “Museus e Museologia” e ao Grupo de Pesquisa “Memória e Preservação da Museologia no Brasil”<sup>6</sup>, da Escola de Museologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) foi iniciado em fevereiro de 2016. Como escopos desta investigação, foram selecionados os processos de ressignificação das imagens sobre a arqueologia resultantes das exposições museológicas e das atividades de educação museal, desenvolvidas nos museus, e de educação patrimonial, desenvolvidas no âmbito dos projetos arqueológicos vinculados à Arqueologia de Contrato. Vale destacar que o estudo contempla ainda o levantamento e a análise das imagens e representações associadas à Arqueologia em alguns meios de comunicação.

O campo estudado se desdobra em: exposições arqueológicas, ações de educação museal e patrimonial (estas últimas referentes às pesquisas arqueológicas) e, finalmente, as mídias impressas e eletrônicas (jornais, revistas e blogs).

O recorte da investigação foi definido com vistas a garantir uma abrangência nacional e escapar do tom regionalista dos resultados alcançados, ainda que a partir de uma pequena amostragem (a ser ampliada com a possível renovação do projeto de pesquisa)<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> O coordenador do grupo de pesquisa é o Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá (DEPM/CCHS/UNIRIO).

<sup>7</sup> Para lograr tal intento, foram convidados professores dos cursos de Museologia da Universidade Federal de Pelotas e da Universidade Federal de Goiás – nomeadamente o Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro, e a Profa. Dra. Camila de Azevedo Moraes Wichers – para realizar o levantamento das imagens e representações sobre a Arqueologia e o patrimônio arqueológico nas atividades de educação museal e patrimonial desenvolvidas em seus locais de atuação. Vale ainda dizer que a inclusão dos referidos professores é justificada pela respectiva produção acadêmica, que se coaduna com a proposta aqui apresentada. A título de ilustração destacamos o projeto de pesquisa coordenado, desde 2015, pela Profa. Dra. Moraes Wichers, intitulado *Prática arqueológica, horizontes políticos e a construção de narrativas patrimoniais no Centro-Oeste do Brasil* e a comunicação apresentada pelo Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro e pela Profa. Dra. Alejandra Saladino no XVI Congresso Nacional da SAB, intitulado *Arqueologia Pública e Museologia Social: conceitos e práticas*.

A fundamentação teórica deste projeto de pesquisa caracteriza-se pela articulação de perspectivas arqueológicas e museológicas que compreendem ambos os campos de conhecimento antes como processos que como disciplinas *stricto sensu*. Em outras palavras, o recorte teórico selecionado baseia-se na Museologia Social e nas perspectivas pós-processualistas da Arqueologia (MOUTINHO, 1993, 2007; BRUNO, 1996; SHANKS & TILLEY, 1988, 1992; HODDER, 1999; GNECCO, 2009), onde a dimensão política social da produção e extroversão do conhecimento é ponto fundamental.

O objetivo geral desta investigação se concentra no estudo dos significados da Arqueologia e do patrimônio arqueológico circulantes da sociedade via exposições museológicas, atividades educativas e meios de comunicação. A proposta, em última instância, trata da investigação acerca do potencial ressignificador e transformador de comportamento das atividades de educação patrimonial e educação museal realizadas em exposições arqueológicas e ações educativas vinculadas às pesquisas da Arqueologia de Contrato e, portanto, da análise dessas práticas como estratégias de construção de memórias e de preservação do patrimônio cultural.

Entretanto, uma vez que se tenciona realizar uma investigação de fôlego e por um tempo estendido (o permitido nas renovações previstas em editais), interessa-nos refletir sobre os conceitos e imagens transmitidos nos discursos expográficos e atividades educacionais relacionados a temas de interesse na atualidade, como a questão de gênero e a diversidade cultural, apenas para citar alguns.

Este estudo de percepção parte da premissa da importância da comunicação/extroversão para a apropriação, valorização e efetiva preservação do patrimônio arqueológico, ademais da compreensão sobre o próprio conhecimento arqueológico. Com a implantação da Política de Educação Museal (PNEM) pelo IBRAM e com a consolidação das atividades educativas condicionadas às pesquisas arqueológicas realizadas no país (em conformidade com a Portaria IPHAN nº7/1988 e a Instrução Normativa IPHAN nº1/2015 e, ainda, com o aporte conceitual oriundo da publicação *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*, resultado dos trabalhos da Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC/IPHAN), é premente avaliar concretamente os resultados gerados por tais ações. Dito de outra forma, faz-se mister perceber se os atores sociais sensibilizados pelas referidas atividades têm uma percepção sobre a Arqueologia e o patrimônio arqueológico distinta daquela que tinham antes de participar daquelas ações. Assim sendo, o projeto proposto tem como intuito não apenas fazer um levantamento das

imagens e representações relacionadas à Arqueologia e ao patrimônio arqueológico, mas refletir sobre o potencial resignificador e transformador de percepção e comportamento das atividades de educação museal e patrimonial no tocante à valorização e preservação do patrimônio arqueológico.

Compreende-se a relevância deste estudo exploratório e analítico considerando a necessidade de os museus ultrapassarem os limites impostos pela herança imperial, colonialista e nacionalista para efetivamente assumirem sua potência enquanto espaços de mudança social, ou seja, passem por um processo de descolonização de espaço e discurso. Entretanto, esse processo de descolonização passa pelo compromisso de estabelecer uma *ecologia de saberes* (SOUSA SANTOS, 2007), onde o conhecimento seja produzido e apropriado de forma representativa e transversal, ou seja, que os grupos que constituem a complexidade e a diversidade da sociedade do século XXI forjem com os demais atores sociais um discurso no qual o monopólio da verdade atribuído à ciência seja posto em questão.

Compreende-se que isto não se trata de uma proposição utópica, pois há diversas experiências realizadas no âmbito de práticas arqueológicas pautadas na participação ativa das comunidades, como a Arqueologia Pública (MERRIMAN, 2004), na Arqueologia Etnográfica (BEZERRA, 2011), na Arqueologia Comunitária (FERREIRA, 2008), na Arqueologia Colaborativa (SILVA, 2011) e, ainda, nas exposições museológicas. A título de ilustração, destacamos o estudo de Guimarães (2014) sobre a inserção das comunidades tradicionais e membros de grupos indígenas nos processos museológicos, precisamente os projetos expográficos, realizados pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Objetiva-se atingir dois segmentos dos públicos sensibilizados pelas atividades desenvolvidas nos museus, a saber: o público de visita programada, mais especificamente o público escolar (incluindo os professores), e a audiência espontânea. Por sua vez, no tocante às atividades educativas desenvolvidas no âmbito da Arqueologia de Contrato, objetiva-se atingir o público escolar (incluindo os professores) e as equipes de apoio vinculadas aos empreendimentos (os operários das obras).

São aplicados métodos para o desenvolvimento de uma análise qualitativa, uma vez que se pretende identificar significados, valores e crenças. As incursões no campo têm sido feitas de acordo com os protocolos da observação assistemática, para coletar e registrar fatos sem utilizar meios técnicos específicos, ou seja, sem planejar e/ou controlar (LAKATOS & MARCONI, 1996, p.79). A escolha por esta técnica se justifica pela

concordância com Zapatero (2012, p.62), para quem “a observação anônima do que dizem e fazem os visitantes permite capturar mais genuinamente o que realmente pensam”, sem a preocupação de parecerem mais “cultos” ou “politicamente corretos”.

A coleta direta das imagens e representações que o público participante tem sobre Arqueologia e patrimônio arqueológico é feita por meio de questionário, com perguntas fechadas e algumas abertas. A forma de coleta tem variado: em algumas situações, os entrevistados preenchem o questionário, em outras esse instrumento é auto-administrado. A escolha por ambas as formas de coleta vem no sentido de respeitar a dinâmica e especificidades dos grupos abordados.

Os contextos de aplicação dos métodos supracitados selecionados inicialmente são<sup>8</sup>:

a) no Rio de Janeiro: exposições *Oreretama*, do Museu Histórico Nacional, a exposição de longa duração do Instituto dos Pretos Novos e *Percursos do Tempo*, do Museu de Arqueologia de Itaipu e a exposição de longa duração do Museu Nacional;

b) em Goiás: exposições *Lavras e Louvores*, do Museu Antropológico da UFG; *Diferentes e iguais – diversidade cultural dos Povos Indígenas no Brasil*, do Museu Jesco Puttkamer (PUC/GO) e exposição itinerante *Patrimônio Arqueológico: 50 anos de proteção, 11 mil anos de ocupação do território*, da Superintendência do IPHAN em Goiás.

Vale ressaltar que o levantamento das imagens e representações sobre temas de interesse, como a questão de gênero, é realizado, além das exposições supracitadas, em outras instituições, como o Museu Sambaqui da Tarioba.

Já o levantamento sobre as imagens e representações associadas à Arqueologia e ao patrimônio arqueológico nas mídias impressa e eletrônica será realizado de forma a contemplar, a princípio, as publicações realizadas no ano de 2015 tendo, entretanto, a intenção de ampliação para anos anteriores, à medida que o projeto em tela seja renovado.

### **Os Primeiros Resultados: exposição e análise**

No momento de proposição e elaboração deste paper, transcorria o processo de análise de solicitação de bolsa de iniciação científica no Edital DPq/UNIRIO. Assim sendo, a pesquisa foi iniciada pelos professores e pesquisadores voluntários de iniciação científica e de pós-graduação. Foi realizada a primeira etapa da revisão bibliográfica dos temas

---

<sup>8</sup> Espera-se que, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, outros locais sejam incorporados à lista original.



base para o estudo, priorizando os princípios e fundamentos da educação museal e patrimonial para que os pesquisadores oriundos de outras áreas tivessem contato com o vocabulário e as bases conceituais deste estudo. Foram realizadas reuniões nas instituições onde a investigação se desenvolve, nomeadamente o Museu Nacional, o Instituto dos Pretos Novos e o Museu Sambaqui da Tarioba, com o intuito de definir agendas de trabalho. No Museu Antropológico da UFG as análises têm sido efetuadas por uma das pesquisadoras, a qual está inserida em uma das coordenações do museu. Essa análise tem sido realizada a partir de uma perspectiva comparativa, a partir da participação em rodas de conversa com lideranças e coletivos feministas, que tem abordado tanto as representações na exposição de longa-duração “Lavras e Louvores”, como uma exposição de curta-duração “Mulheres no Sertão Goiano”, cuja curadoria foi realizada por alunas do curso de Museologia da UFG.

Os primeiros resultados concretos deste estudo advêm do levantamento dos conceitos e representações sobre Arqueologia e patrimônio arqueológico resultantes das atividades de educação patrimonial no âmbito das pesquisas arqueológicas.

Realizamos um levantamento sobre os projetos realizados no Rio de Janeiro, Goiânia e Pelotas, cidades de atuação dos professores participantes deste estudo. No período contemplado, de marco a junho do ano corrente, não foi identificada a realização de projetos arqueológicos em Goiânia e em Pelotas<sup>9</sup>.

No Rio de Janeiro, local da realização de diversos empreendimentos de infra-estrutura, apesar de contarmos os coordenadores de algumas pesquisas em curso, obtivemos a permissão de realizar a aplicação do questionário em apenas um canteiro de obras, referente ao “Programa de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial do Palácio Laranjeiras - Fase I e II”. Vale destacar nossa participação, na forma de consultoria, da primeira fase do projeto em tela. Compreendemos, então, que essa condição facilitou nosso acesso e, conseqüentemente, a realização da coleta dos dados.

Nossa intervenção deu-se após a educação patrimonial prevista no projeto em questão, que consistiu em palestra proferida pelos arqueólogos, único recurso didático aprovado pelos empreendedores contratantes do projeto, dentre o rol de atividades previstas no projeto arqueológico. De início, para não interferir na dinâmica de trabalho dos operários, lançamos mão da forma auto-administrada de preenchimento do questionário, recurso metodológico desta investigação que compreende um conjunto de perguntas abertas e fechadas. Agendamos visita prévia e, antes do início dos trabalhos do dia, distribuimos o

---

<sup>9</sup> Em Pelotas, não foram identificadas pesquisas de Arqueologia de Contrato.

questionário e confirmamos a coleta dos mesmos para a semana seguinte. Apenas 6% dos questionários foram entregues devidamente preenchidos. Por isso, com a anuência e autorização do coordenador do projeto arqueológico, mudamos a estratégia de abordagem, agendamos nova visita ao canteiro de obras e aplicamos o questionário de forma dirigida entre o café da manhã dos operários e o início das atividades do dia. (Foto 1).



Foto 1: Aplicação do questionário autoadministrado, no canteiro de obras do “Programa de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial do Palácio Laranjeiras - Fase I e II” (Autor: Alejandra Saladino)

Foram preenchidos 18 questionários que apresentam os seguintes dados socio-culturais:

- 94,4% dos entrevistados são do sexo masculino (apenas uma entrevistada do gênero feminino);
- 11,11% do total da amostra têm entre 20 e 29 anos, 44,44% têm entre 30 e 39 anos, 11,11% têm entre 40 e 49 anos, 16,66% têm entre 50 e 59 anos, 5,37% têm mais de 60 anos e, finalmente, 11,11% dos entrevistados não declarou a idade;
- 61,11% completaram o ensino fundamental, 22,22% completaram o ensino médio; 5,55% completaram o curso técnico e 11,11% fizeram uma graduação (desse universo destacam-se apenas pessoas do sexo masculino).

As mais recorrentes imagens e conceitos relacionadas à Arqueologia e ao Patrimônio Arqueológico (que surgiram nas respostas às perguntas abertas) foram, em ordem decrescente, “passado”, história, “tempo”, “coisas”, “objetos”, “estruturas antigas”, “imóveis”, “bens de valor econômico”, “bens culturais”, “memória”, “descoberta”, “Palácio Laranjeiras”, “patrimônio”, “escavação”, “meio ambiente”, “negócio”, “empresa”, “museu”, “obras-primas”, “fósseis”, “antiguidades”, “ruínas”, “sinais”, “tombados”, “Salomão”, “Idade Média”, “evolução”, “dinossauros”, “homens das cavernas”, “segurança”, e “paciência”.

Um olhar mais detido sobre os termos utilizados pelas pessoas entrevistadas para definir arqueologia e patrimônio arqueológico nos provoca uma reflexão: as pessoas envolvidas com arqueologia de contrato definem a disciplina e compreendem suas práticas a partir da lógica de mercado. Em outras palavras, as pesquisas arqueológicas têm sentido nas ações de valorização e restauração de bens imóveis, inclusive são percebidas como etapas importantes para garantir a segurança no canteiro de obras. Poderíamos interpretar esses dados como evidências de que as atividades educacionais não alcançaram os principais objetivos (de esclarecer sobre as especificidades da ciência arqueológica e da preservação dos bens culturais). Sem embargo, esses mesmos dados são por nós tomados como indicativos da complexidade da Arqueologia do século XXI, uma ciência atrelada aos empreendimentos urbanísticos e de infra-estrutura.

Além disso, vale lembrar, a arqueologia, como de costume, está vinculada ao passado remoto, ao outro. São raros os discursos que se apropriam da Arqueologia para pensar o presente. Destarte, tal como nos séculos pregressos, esse campo científico serviria mais ao afã colecionista e à acumulação do que propriamente à sua dimensão social. O tempo passa, mas os hábitos permanecem, mesmo que com uma nova roupagem.

Do conjunto de 8 questões relacionadas à temática do patrimônio, apenas duas eram fechadas, justamente aquelas com as quais objetivava-se coletar dados sobre a avaliação dos entrevistados no tocante à atividade educacional realizada e à importância das ações de preservação do patrimônio arqueológico. Confrontados os resultados dessas perguntas com as respostas dadas às questões abertas (relacionadas aos conceitos e imagens de arqueologia e patrimônio arqueológico) concretizou-se o que Zapatero (2012) alertava: há uma tendência de os entrevistados responderem da forma que imaginam que os entrevistadores esperam. A título de ilustração, destacamos as respostas de uma pessoa, que confirmou a eficiência da atividade de educação patrimonial para extinguir suas dúvidas sobre a preservação do patrimônio arqueológico, porém respondeu que não sabia o que era patrimônio arqueológico.

Todavia, nossa amostra também tem manifestações de franqueza, as quais compreendemos como dados extremamente importantes para a avaliação das atividades de educação patrimonial realizadas, bem como nossa própria abordagem no campo. 38,88% das pessoas entrevistadas que responderam não saber ou não compreender muito bem o que é patrimônio arqueológico, reconheceram que persistiam dúvidas sobre Arqueologia e preservação do patrimônio arqueológico mesmo após a atividade de educação patrimonial.

Uma resposta em especial chamou-nos atenção, pois também nos dá elementos pertinentes para uma avaliação das práticas de preservação. Uma entrevistada afirmou que a preservação do patrimônio arqueológico não é importante, e mais, que não dava a mínima a tudo isso. Trata-se de uma resposta desconcertante, certamente, mas de extrema importância, pois contribui para a desnaturalização dos nossos discursos e das nossas práticas de agentes do patrimônio. São diversas as possíveis interpretações sobre os resultados advindos dessa resposta específica daquelas que também revelam que a atividade não foi suficiente para sanar as dúvidas sobre a importância da Arqueologia e da preservação do patrimônio arqueológico.

Poderíamos iniciar com as causas mais elementares, ou seja, que as atividades de educação patrimonial não conseguiram clarificar os públicos-participantes sobre as especificidades do tema devido ao curto espaço de tempo a elas dedicadas (no caso, cerca de uma hora em apenas um único dia) que, por sua vez, tem relação com as idiosincrasias da Arqueologia de Contrato e a lei do mercado (embora os resultados não sejam única e exclusivamente justificados por esta variável, é necessário ainda considerar a ética profissional e o compromisso assumido com a preservação do patrimônio cultural).

Além disso, vale lembrar, na Ciência da Informação há um elemento que atravessa toda a questão comunicativa: a relevância. Se não é relevante, e isso independe dos acadêmicos e de outros atores sociais do campo do patrimônio cultural, não é informação. Partimos da premissa que a arqueologia deveria interessar a todos, mas não interessa. Assim sendo, depararmos com essa realidade é salutar e fundamental para dessencializar e descolonizar nossos discursos e nossas práticas enquanto agentes do patrimônio.

Todavia, essa é ainda uma leitura superficial dos efeitos que a lógica e as pressões do campo econômico têm sobre a prática arqueológica – que hoje, indiscutivelmente, relaciona-se à socialização do patrimônio arqueológico. É possível interpretar os dados

coletados como efeitos da combinação entre “dinâmica legalista” e lógica do mercado. A obrigatoriedade da realização de atividades educacionais nos projetos arqueológicos e as bases da relação entre empregado (arqueólogo) e empregador podem resultar na realização de programas de educação patrimonial para atender a protocolos, criando um ambiente de “compromisso formal” que é replicado por todos os atores sociais envolvidos, inclusive os públicos participantes das atividades. Em outras palavras, o arqueólogo propõe a atividade porque assim um dispositivo legal impõe (a Instrução Normativa IPHAN nº1/15), o empreendedor contrata o serviço porque assim é obrigado pelo mesmo dispositivo (mas contrata a proposta mais barata, sem preocupar-se com a qualidade dos resultados alcançados), e os operários participam da educação patrimonial porque são obrigados. Quando as atividades propostas não são atrativas (porque não foram adequadamente planejadas ou estruturadas, pois isso significa contratar profissional qualificado e destinar um cronograma mais amplo para a execução das mesmas), há uma considerável probabilidade do público-participante não se envolver com elas. Então o potencial transformador da educação patrimonial fica severamente cerceado e a atividade proposta se limita a ser uma ação *pro forma*.

A interpretação dos dados obtidos até o momento nos faz pensar sobre um panorama empiricamente conhecido por parte dos pesquisadores da investigação aqui apresentada mas tema de estudo recentemente realizado no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN/MinC, a saber: as especificidades e os desafios das atividades de educação patrimonial realizadas na Arqueologia de Contrato. Carlucio Baima (2014) analisou os programas de educação patrimonial enviados ao IPHAN pelos coordenadores de projetos arqueológicos entre os anos de 2003 a 2013. Seus estudos estatísticos coincidem com a reflexão crítica de Marcia Bezerra sobre a educação patrimonial praticada nas pesquisas arqueológicas realizadas na Amazônia (BEZERRA, 2010), principalmente no tocante “a um contentamento simplista na execução de atividades de cunho lúdico e no padrão comportamental dos arqueólogos não compartilharem experiências” (BAIMA, 2016:97) e divulgarem resultados das atividades de educação patrimonial.

No tocante à socialização do patrimônio arqueológico, precisamente aos recursos didáticos utilizados nos programas de educação patrimonial realizados no âmbito da Arqueologia de Contrato, o estudo de Baima contribuiu com dados concretos para confirmar a percepção da pontualidade das ações, baseadas, majoritariamente, em

palestras, cartilhas e folders, configurando 54% da amostra analisada (BAIMA, 2016, p.120).

O fato é que não há regulamentação para os programas de educação patrimonial das pesquisas arqueológicas. O IPHAN, órgão que tutela o patrimônio arqueológico e, indiretamente, regulamenta a prática arqueológica no país recomenda a mais ampla divulgação das pesquisas e a maior veiculação de atividades de educação patrimonial. A instituição também recomenda a maior inserção das comunidades diretamente impactadas pelas pesquisas arqueológicas, para além de meros receptores de informações dadas de forma muito pontual. Porém, a realidade é muito heterogênea e conformada na medida dos interesses e conveniências dos atores envolvidos na divulgação e veiculação supracitadas.

### **Algumas Considerações Temporárias**

Uma vez que o projeto de investigação *Conceitos e imagens sobre Arqueologia e patrimônio Arqueológico: um estudo sobre estratégias de socialização e preservação* está no decorrer de suas etapas iniciais, à guisa de conclusão deste paper nos concentramos sobre os resultados parciais do estudo sobre as atividades de educação patrimonial realizadas no âmbito da Arqueologia de Contrato. A análise dos mesmos nos leva a concordar com Baima, que sugere um apagamento das práticas educacionais, ou pouca transparência das mesmas decorrente da ausência de padronização do relato das atividades realizadas (BAIMA, 2016, p.8-99). A título de ilustração destacam-se do estudo de Baima os seguintes dados da amostra por ele analisada: 33% dos programas de educação patrimonial submetidos ao IPHAN não apresentam objetivos, 46% não apresentam metodologia aplicada e 58% não apresentam cronograma (BAIMA, 2016, p.111;116-117).

Todavia, há de se mencionar que, devido à incompreensão da natureza dos bens arqueológicos (o patrimônio cultural como um todo) enquanto bens difusos<sup>10</sup> e devido à ausência de regulamentação, em alguns casos, os empreendedores contratantes (muitas vezes o próprio Estado) dos projetos arqueológicos impõem cláusulas nos contratos para não veicular qualquer informação sobre os eles ou veicular após aprovação do conteúdo pelos mesmos.

---

<sup>10</sup> Um bem difuso se caracteriza pela relevância à sociedade, um bem do qual um indivíduo não poderia dele dispor sem afetar a coletividade.

Faz-se mister ainda ressaltar a influência da lógica do mercado sobre a elaboração dos projetos arqueológicos, à custa da qualidade dos programas de educação patrimonial, muitas vezes reduzidos à realização de palestras pontuais entre segmentos da sociedade diretamente impactada, designadamente os operários dos canteiros de obras e os escolares das comunidades do entorno. Isto resulta na difusão de conceitos vagos ou pouco profundos quanto ao valor do Patrimônio Arqueológico.

A Instrução Normativa IPHAN nº1/15, mediante a obrigatoriedade de apresentação do projeto de educação patrimonial é uma tentativa de cobrar qualidade. Todavia, importa ressaltar que nem todo empreendedor compreende a exigência, pois seu interesse precípuo é contratar o projeto com o menor orçamento físico-financeiro e cumprir com o cronograma do empreendimento.

Destaca-se ainda a ausência de uma cultura de avaliação das ações desenvolvidas dentro dos projetos de arqueologia. Nesse sentido, compreendemos que os primeiros resultados de nossa pesquisa podem contribuir para ampliar reflexões e debates no sentido de mudar essa prática.

O cotejamento, a análise e a interpretação dos dados levantados nesta primeira incursão aos canteiros de obras onde se realizaram atividades de educação patrimonial motivaram os professores participantes da pesquisa aqui apresentada a revisar o recurso metodológico aplicado e reformular algumas questões. A estrutura e o cerne das perguntas pouco mudaram; as alterações foram propostas no sentido de clarificar um pouco mais a abordagem e, assim, reduzir a probabilidade do entrevistado não entender a própria pergunta. Assim sendo, na abordagem sobre as atividades de educação museal e patrimonial que comporão nosso objeto de estudo será aplicada a segunda versão do instrumento metodológico.

### **Agradecimentos**

Agradecemos às pessoas e instituições que colaboraram com esta investigação em curso, nomeadamente Marina Correia (MAI/Ibram/MinC), Rodrigo Pereira e Lilian Cardoso (PPGARQ/MN/UFRJ), Maria de la Merced Guimarães, Blonsom Faria e Antônio Carlos Rodrigues (Instituto Pretos Novos), Cosme Henriques Pinheiro Rocha e Cássia Liu (Museu Sambaqui da Tarioba), Claudio Prado Melo (IPHARJ), Marina Buffa (Sapiens Arqueologia) e Silvia Puccioni (Resgate Consultoria em Patrimônio). Agradecemos especialmente à bolsista de iniciação científica, Alexandra Santangelo

(Museologia/CCHS/UNIRIO), às pesquisadoras de iniciação científica voluntárias, Luciana Cardoso (UNIRIO) e Natcha Moyano (Museologia/UFG), à pesquisadora voluntária de pós-graduação, Bárbara Ventura (PPGARQ/MN/UFRJ) e às pesquisadoras voluntárias Aluane de Sá e Muna Rosa (Zanettini Arqueologia).

## Referências

ALMANSA, Jaime. Arqueología para todos los públicos. Hacia una definición de la arqueología pública “a la española”. *Arqueoweb*, v.13, p.87-107, 2011. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/arqueoweb/pdf/13/almansa.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

ALMANSA, Jaime. La imagen popular de la arqueología en Madrid. *Arqueoweb*, v.8, n./1, p.01-51, 2006. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/arqueoweb/pdf/8-1/almansa.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

BAIMA, C. B.. A educação patrimonial nos projetos de Arqueologia de Contrato: reflexões e contribuições. *Dissertacao* (Mestrado), Mestrado em Presevação do Patrimônio Cultural/IPHAN/MinC, Rio de Janeiro, 2016.

BALME, J.; WILSON, M.. Perceptions of Archaeology in Australia amongst educated young Australians. *Australian Archaeology*, v.58, p.19-24, 2004.

BEZERRA, M.. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*. Belém, v. 6, n. 1, p.57-70, 2011. Disponível em: <<http://132.248.9.34/hevila/Boletimdomuseuparaenseemiliogoeldicienciashumanas/2011/vol6/no1/4.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museologia: algumas ideias para sua organização disciplinar. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n.9, p.09-33, 1996.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Arqueologia e Antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.31, p.234-247, 2005. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31_m.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2016.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira; ZANETTINI, P. Relatório do Simpósio O futuro dos acervos. XIV Encontro Nacional da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Florianópolis, UFSC, 2007.

CALIPPO, G. M. V. T.. Arqueologia em notícia: pesquisas impressas, sentidos circulantes e memórias descobertas. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Divulgação Científica e Cultural. Campinas: UNICAMP, 2012, 199p.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

DARWILL, T.. Public Archaeology: a European Perspective. En: BINTLIFF, J. (Ed.), *A Companion to Archaeology*. Malden: Blackwell Publishing, 2006. p.409-434.



ERICKSON, A. Outreach and Education in Archaeology. *Online Journal in Public Archaeology*, v.1, p.45-54, 2011. Disponível em: <<http://www.arqueologiapublica.es/index.php>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

FERREIRA, L. M.. Sob Fogo Cruzado: Arqueologia Comunitária e Patrimônio Cultural. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 03, p. 81-92, 2008.

GNECCO, C.. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistemica a la racionalidad. *Bol. Mus. Para Emilio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v.1, n.4, p.15-26, 2009.

GUIMARÃES, Viviane W.. Exposicoes museológicas do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina: espaço para construção de parcerias. *Dissertação (Mestrado) Progama de Pós-Graduação Interunidades em Museologia*, Sao Paulo, Universidade de São Paulo/ 2014.

HODDER, I.. *The Archaeological process*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1999.

IBRAM. *Documento preliminar do Programa Nacional de Educação Museal*. Brasília: Ibram/MinC, 2014. Disponível em: <<http://pnem.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/DOCUMENTO-PRELIMINAR1.pdf> >. Acesso em: 05 jun. 2016.

IPHAN. *Plano Intermediário para a Gestão do Patrimônio Arqueológico*. Brasília: Centro Nacional de Arqueologia, CNA/IPHAN/MinC, 2010.

IPHAN. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: IPHAN/MinC, 2014. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf) >. Acesso em: 05 jun. 2016.

KATSAMUNDANGA, S.. *Consuming the Past: Public perception towards the discipline of archaeology in Zimbabwe*, 2009. Disponível em: <[http://sanord.uwc.ac.za/usrfiles/users/9174080913/Conference\\_2009/Katsamudanga\\_PAPER.pdf](http://sanord.uwc.ac.za/usrfiles/users/9174080913/Conference_2009/Katsamudanga_PAPER.pdf) >. Acesso em: 05 jun. 2016.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A.. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Ed. Atlas, 1996.

MERRIMAN, N.. Involving the public in museum archaeology. IN: MERRIMAN, N. (Org.) *Public Archaeology*. Londres: Routledge, 2004.

MORAES WICHES, C. A.. *Prática arqueológica, horizontes políticos e a construção de narrativas patrimoniais no Centro-Oeste do Brasil*. Projeto de Pesquisa. Goiás: UFG, 2015.

MOUTINHO, Mario. Sobre o conceito de Sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, n.1, p.07-09, Universidade Lusófona de Humanidades, 1993. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467>>. Acesso em; 05 jun. 2016.

MOUTINHO, Mario. Definição evolutiva da Sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 28, n.28, p.01-22, 2007. *Atelier Internacional do MINOM*. Lisboa/Setúbal, 2007. Disponível em: <[http://www.museologia-portugal.net/files/definicao\\_evolutiva\\_de\\_sociomuseologia.pdf](http://www.museologia-portugal.net/files/definicao_evolutiva_de_sociomuseologia.pdf)>. Acesso em; 05 jun. 2016.

RAMOS, M., DUGANNE, D. *Exploring Public Perceptions and Attitudes about Archaeology*, Society for American Archaeology, Harris Interactive, February 2000. Disponível em: <<http://saa.org/Portals/0/SAA/pubedu/nrptdraft4.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

RIBEIRO, D. L.; SALADINO, A.. Arqueologia Pública e Museologia Social: conceitos e práticas. *XVI Congresso Nacional da SAB*. Florianópolis: UFSC, 2011.

XVI Congresso Nacional da SAB, SARS, F. de, CAMBE, G. Image de l'archéologie auprès du grand public, Etude Ipsos / INRAP. IPSOS-archeologie, 2011. Disponível em: <[http://www.inrap.fr/userdata/c\\_bloc\\_file/9/9636/9636\\_fichier\\_](http://www.inrap.fr/userdata/c_bloc_file/9/9636/9636_fichier_)>. Acesso em: 05 jun. 2016.

ROBRAN-GONZÁLEZ, Erika; MIGLIACCIO, Maria Clara. Preservação do Patrimônio Arqueológico e Terras Indígenas. *Revista Arqueologia Pública*, São Paulo, n.3, p. 15-18, 2008.

SHANKS, M.; TILLEY, C.. *Social Theory and Archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1988.

SHANKS, M.; TILLEY, C.. *Re-constructiong Archaeology*. London & New York: Routledge, 1992.

SILVA, F. A. *et al.*. Arqueologia Colaborativa Na Amazônia: Terra Indígena Kuatimemu, Rio Xingu, Pará. *Amazônica*, v.3, n.1, p.32-59, 2011.

SOUSA SANTOS, B.. *Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 05 jun. 2016.

SOUZA, Carine Silva de. *Educação em museus e Arqueologia*. Trabalho de fim de Curso. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015, 85p.

WICHERS, C. A. M.. Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4552>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

ZAPATERO, G. R.. Presencia social de la Arqueología y percepción pública del pasado. GARCÍA, F. R.; SÁNCHEZ, J. V-F.. *Construcciones y usos del pasado: patrimonio arqueológico, territorio y museo*. Valencià: Museo de Prehistoria de Valencià, 2012. p.31-74.

## Outras Fontes

BRASIL. Lei n.3.924/61. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_3924\\_de\\_26\\_de\\_julho\\_de\\_1961.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf)> Acesso em: 05 jun. 2016.

BRASIL. Portaria Interministerial n.60/15. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cglic/pdf/PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20No%2060.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

IPHAN. Portaria n.7/88. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria\\_Sphan\\_07\\_1988.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Sphan_07_1988.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2016.

IPHAN. Instrucao Normativa n.1/15. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO\\_NORMATIVA\\_001\\_DE\\_25\\_DE\\_MARCO\\_DE\\_2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2016.

UNESCO. Carta de Nova Délhi. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nova%20Dheli%201956.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

UNESCO. Carta de Lausanne. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.